

Pós-Graduação a distância

Direito Tributário e Aduaneiro

Disciplinas:

- 1) Sistema Constitucional Tributário
- 2) Normas Gerais de Direito Tributário e Interpretação da Lei Tributária
- 3) Tributação do consumo e do patrimônio
- 4) Planejamento Tributário e Tributação da Renda
- 5) Contabilidade tributária: convergência das normas contábeis e tributárias; demonstrações contábeis obrigatórias.
- 6) Processo Tributário (administrativo, judicial e arbitragem), Compensação e Parcelamentos
- 7) Tópicos avançados (tributação de novas tecnologias, infraestrutura e setorial)
- 8) Direito Sancionador Tributário: sanções administrativas, pecuniárias e penais.
- 9) Direito Tributário Internacional e os novos desafios a partir do Plano BEPS
- 10) Fundamentos do Direito Aduaneiro
- 11) Processo Aduaneiro e Regimes Especiais Aduaneiros
- 12) Tópicos avançados em Direito Aduaneiro

Ementas:

Disciplina 01: Sistema Constitucional Tributário

Tributação e Federalismo; Distribuição de competências tributárias; Guerra fiscal; Breves comentários sobre teoria geral da norma: regras, princípios e postulados e suas funções eficaciais; direito e linguagem; Funções da Lei Complementar em matéria tributária; Limitações constitucionais ao poder de tributar I; Limitações constitucionais ao poder de tributar II; Princípios constitucionais em matéria tributária I (legalidade, anterioridade, irretroatividade, não confisco); Princípios constitucionais em matéria tributária II (igualdade, solidariedade, liberdade, capacidade contributiva, progressividade, não cumulatividade).

Disciplina 02: Normas Gerais de Direito Tributário e Interpretação da Lei Tributária

Normas gerais de direito tributário; Obrigação tributária; Lançamento e crédito tributário; Suspensão da exigibilidade do crédito tributário; Extinção do Crédito Tributário; Poderes gerais da Administração Tributária; Conceitos iniciais sobre interpretação e as teorias interpretativas; Interpretação da Lei Tributária; Os problemas de interpretação no Direito Tributário atual: debates sobre a “deslegalização” ou “legalidade líquida” x legalidade rígida/estrita; O exemplo das normas de competência previstas na Constituição; O Estatuto do Contribuinte no Sistema Tributário Nacional; O paradoxo brasileiro: análise crítica de casos.

Disciplina 03: Tributação do consumo e do patrimônio

Federalismo e tributação do consumo: as peculiaridades do sistema tributário brasileiro; Cumulatividade x Não-Cumulatividade (créditos físicos e financeiros); Conflitos materiais de competência (IPI, ICMS e ISS); Tributação do Consumo e Extrafiscalidade; Substituição tributária; Contribuições sobre a receita (PIS/COFINS); Reforma tributária e modelos tributários internacionais; Imposto sobre Valor Agregado (IVA); Tributação do patrimônio, herança e grandes fortunas;

Disciplina 04: Planejamento Tributário e Tributação da renda

Elisão e evasão fiscais: conceitos e principais causas; Planejamento tributário: um conflito entre liberdade, segurança jurídica, solidariedade e igualdade; Simulação e Dissimulação; Fraude à lei, Abuso de Forma e Abuso de Direito; Negócio Jurídico Indireto; Planejamento tributário e a Teoria da Consideração Econômica; Ganho de capital e sua realização; Tributação na fonte; Ágio; Dividendos e JCP; Stock Options;

Disciplina 05: Contabilidade tributária: convergência das normas contábeis e tributárias; demonstrações contábeis obrigatórias

Princípio da “Neutralidade Fiscal” do Brasil, no contexto da convergência para o IFRS 15. – Evolução e pontos importantes da legislação aplicável à matéria: Decreto-Lei nº 1.598/77, Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14. – Análise dos pontos de destaque trazidos pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (notadamente CPC 30 e CPC 47) e das Instruções Normativas RFB nº 1.700/17 e RFB nº 1.771/17. – Estudo de casos práticos, soluções de consulta e decisões administrativas e judiciais; Demonstrações contábeis obrigatórias;

Disciplina 06: Processo Tributário (administrativo, judicial e arbitragem), Compensação e Parcelamentos

Princípios informadores do processo tributário; Constituição do crédito tributário e procedimento administrativo fiscal; Processo judicial tributário: ações de iniciativa do Fisco e ações de iniciativa dos contribuintes; Noções gerais de controle de constitucionalidade;

1. A repetição do indébito tributário: conceito, prazo e requisitos. 1.1 A compensação no Direito Civil e no Direito Tributário. 1.2. A compensação prevista no CTN. 1.3. Compensação

por encontro de contas: art. 66 da Lei 8.383/1991. 1.3.1. Sua declaração pelo contribuinte. 1.3.2. A desconstituição pelo Fisco. 1.4. A compensação via PER/DCOMP: art. 74 da Lei 9.430/1996. 1.4.1. Efeitos da compensação e homologação Tácita. 1.4.2. Despacho decisório e contencioso administrativo. 1.4.3. Recursos administrativos contra a não homologação de compensação. 1.4.4. Distribuição do ônus da prova no processo administrativo de compensação. 1.4.5. Compensações não declaradas. 1.6. Compensação e execução fiscal: art. 16, §3º, da LEF. 2. O Parcelamento previsto no CTN. 2.1. O regime do parcelamento ordinário (Lei 10.522/2002). 2.2. Os parcelamentos especiais. 2.3. Rescisão do parcelamento. 2.4. Desistência como condição do parcelamento. 2.5. Parcelamento e prescrição. 2.6. Desistência do parcelamento e anulação judicial do débito. Desistência do parcelamento e repetição de indébito.

Disciplina 07: Tópicos avançados (tributação de novas tecnologias, infraestrutura e setorial)

Tributação de novas tecnologias e as regras de competência tributária; Software as a Service (SaaS); Infrastructure as a Service (IaaS); Tributação das criptomoedas; Estudos dos pronunciamentos da Receita Federal do Brasil; Jurisprudência administrativa e tributação dos principais setores da economia nacional: telecomunicações, energia, petróleo e gás, mineração e agronegócio;

Disciplina 08: Direito Sancionador Tributário: sanções administrativas, pecuniárias e penais

Princípios do Direito Penal Tributário. – Bem Jurídico Tutelado pelo Direito Penal Tributário. – Crimes contra a Ordem Tributária: Tipicidade, Antijuridicidade, Culpabilidade, Concurso, Excludentes, Exaurimento da Via Administrativa, Extinção da Punibilidade. – Espécies de crimes contra a ordem tributária. – Sanções Tributárias; Controle das sanções tributárias;

Disciplina 09: Direito Tributário Internacional e os novos desafios a partir do Plano BEPS

1. Aspectos gerais. 1.1. Renda como elemento central do Direito Tributário Internacional; 1.2. Regime de bases universais v. regime territorial; 1.3. Tratados tributários; 2. Tributação Brasileira de Lucros no Exterior; 2.1. Pessoas físicas; 2.2. Pessoas jurídicas; 3. Tributação de não residentes no Brasil; 3.1. Retenção na fonte de remessas para o exterior; 4. A compensação no Brasil de tributos pagos no exterior; 5. A tributação da renda auferida no Brasil por não-residentes fiscais; 6. Desafios atuais e o futuro da tributação internacional; 7. Considerações gerais sobre o Plano BEPS e sua aplicação ao Direito Tributário brasileiro.

Disciplina 10: Fundamentos do Direito Aduaneiro

1. Notas Introdutórias de Direito Aduaneiro – 2. Controle Aduaneiro; 2.1. Despacho aduaneiro de importação; 2.2. Medidas de facilitação comercial – 3. Tributação Aduaneira; 3.1. Imposto de Importação; 3.2. Demais tributos incidentes na importação –

Disciplina 11: Processo Aduaneiro e Regimes Especiais Aduaneiros

1. Regimes Aduaneiros Especiais; 1.1. Introdução aos regimes aduaneiros especiais; 1.2. Drawback – 2. Sanções Aduaneiras; 2.1. Pena de perdimento da mercadoria e multa equivalente – hipótese de ocultação do sujeito passivo; 2.2. Denúncia espontânea aduaneira – 3. Processo administrativo aduaneiro; 3.1. PAF; 3.2. Processo de perdimento de bens; 3.3. Processo de consulta

Disciplina 12: Tópicos avançados em Direito Aduaneiro

Estudo de casos; Direito Aduaneiro comparado; Direito Aduaneiro e economia nacional; Direito Aduaneiro e sua relação com o comércio internacional: do mercantilismo às teorias contemporâneas. Integração e Blocos Econômicos – A regulação do comércio internacional: Princípios Fundamentais, Organizações Internacionais de Regulação e Acordos Internacionais – A defesa comercial (acordos antidumping, sobre subsídios e medidas compensatórias e sobre salvaguardas) – Principais agentes e órgãos intervenientes no comércio exterior brasileiro;